



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

COMISSÃO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DE REPRESENTANTE DA CARREIRA TÉCNICA
UNIVERSITÁRIA E SEU SUPLENTE JUNTO AOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E
UNIVERSITÁRIO

EDITAL 001/2021

EDITAL PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA E SEU SUPLENTE NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A Comissão Eleitoral nomeada pela Portaria R. nº 2020.123, de 06 de março de 2020, torna público o presente edital, o qual trata das disposições a serem seguidas no processo eleitoral referente às eleições para **escolha de 1 (um) Representante da Carreira Técnica Universitária e seu Suplente** junto aos Conselhos de Administração e Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

DAS ELEIÇÕES

Art. 1º. As eleições para escolha de 1 (um) Representante da Carreira Técnica Universitária e seu Suplente junto ao Conselho de Administração e, conseqüentemente, junto ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizar-se-á, mediante processo eletrônico e remoto, por voto direto e secreto no **dia 31 de março de 2021 (quarta-feira), das 10 às 20 horas.**

Art. 2º. Excepcionalmente, em razão da pandemia de COVID-19, e considerando a Resolução Univ. 2020.26, a eleição será realizada por processo eletrônico e remoto, por meio do acesso online, mediante *login* e senha do próprio servidor, na página da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (<https://www2.uepg.br/eleicao>).

Art. 3º. A apuração dos resultados das eleições será operacionalizado eletronicamente pela Comissão Eleitoral, via Plataforma Google Meet, com transmissão online simultânea pelo Youtube, a partir das 20h 30min, do dia **31 de março de 2021**. A divulgação do link de acesso à apuração de votos ficará disponível na página da Comissão Eleitoral (<https://www2.uepg.br/eleicao>).

DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º. O período de inscrição para as eleições para Representação da Carreira Técnica Universitária junto ao Conselho de Administração e Conselho Universitário ocorrerá no período de **01 a 05 de março de 2021**.

Art. 5º. As inscrições deverão ser formalizadas, mediante preenchimento de Formulário específico disponível no link <https://www2.uepg.br/eleicao> e, em seguida, envio via Processo SEI, endereçado à Comissão Eleitoral.

Art. 6º. As inscrições serão POR CHAPA e os candidatos indicarão precisamente qual será o candidato a titular e a suplente, não podendo a chapa usar em divulgação, indiferentemente, os nomes em posição invertida, confundindo o eleitor quanto à titularidade e à suplência na chapa.

§ 1º. A irregularidade indicada no parágrafo anterior caracteriza propaganda enganosa e deve sofrer sanção.

§ 2º. Em função da gravidade da infração prevista no §1º, entendendo a Comissão Eleitoral que simples recolhimento do material e advertência por escrito dos infratores não sejam suficientes, a Comissão poderá enviar às instâncias superiores denúncia formalizada, devidamente informada por esta para sanções adicionais.

§ 3º. Qualquer das chapas inscritas poderá ser alvo de impugnação.

§ 4º. Havendo apenas uma chapa inscrita, será desnecessário o procedimento da votação, devendo o presidente da Comissão Eleitoral proceder à aclamação da chapa vencedora, tão logo seja encerrado o prazo de inscrição e encaminhar ao Reitor o resultado da eleição para designação da representação, desde que a chapa vencedora esteja em conformidade com o disposto nos artigos 4º, 5º e 6º. do presente edital.

§ 5º. Quando não houver chapa inscrita, será convocada nova eleição imediatamente após o período destinado à inscrição e, se a ocorrência se repetir, os cargos serão preenchidos por escolha do Reitor.

Art. 7º. É vedada a inscrição do mesmo candidato em mais de uma chapa.

Art. 8º. É facultado à chapa, no momento da inscrição, indicar o nome de até 2 fiscais, servidores da carreira técnica universitária desta instituição, que terão disponíveis o acesso direto à Comissão Eleitoral e ao andamento do Processo por via eletrônica (Whatsapp, email e Google Meet).

Art. 9º. Os fiscais de cada chapa serão devidamente credenciados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Cada fiscal poderá usar camiseta da chapa que ele representa ou outro símbolo, dístico, slogan, botton ou adesivo identificador da chapa.

DA IMPUGNAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DE SEU RECURSO

Art. 10. Os pedidos de inscrição deferidos ou indeferidos poderão ser passíveis de recurso, em primeira instância, perante a própria Comissão Eleitoral.

Art. 11. O recurso tanto contra o indeferimento de inscrição quanto ao pedido de impugnação de inscrição serão recebidos pela Comissão Eleitoral até quarenta e oito horas após a publicação do edital de deferimento ou indeferimento das inscrições.

Parágrafo único. Tanto a Comissão Eleitoral como as instâncias superiores terão prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a análise e publicidade da decisão quanto ao recurso impetrado.

Art. 12. Constituem instâncias superiores às decisões da Comissão Eleitoral:

I – O Conselho de Administração, na eleição para a escolha de representantes dos agentes universitários nos Conselhos Superiores;

II - O Conselho Universitário, após esgotada a instância prevista no inciso I.

Parágrafo único. Se durante o exame do recurso não houver tempo suficiente para decisão final do mesmo, fica autorizada a participação da chapa recorrente no pleito, condicionado o seu resultado ao exame do órgão de última instância.

DA ELEGIBILIDADE

Art. 13. Poderão candidatar-se junto à Comissão Eleitoral na eleição para a escolha da Representação Técnica Universitária junto ao Conselho de Administração e, conseqüentemente, junto ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os servidores efetivos e estáveis, integrantes da carreira técnica universitária.

DA INELEGIBILIDADE

Art. 14. São inelegíveis para o processo de eleição de representação técnica universitária junto ao Conselho de Administração e, conseqüentemente, junto ao Conselho Universitário, os servidores da carreira técnica universitária:

I - que até o último dia de inscrições, encontrem-se nas seguintes situações:

- a) afastados para cursar pós-graduação;
- b) nomeados ou à disposição de órgãos públicos no nível federal, estadual ou municipal;
- c) em licenças sem vencimentos, sabática, especial, para tratamento de saúde e maternidade;
- d) em estágio probatório;
- e) impedido em sua liberdade de ir e vir por decisão judicial.

II - que tenham sofrido sanção disciplinar no período de dois anos compreendido entre a ciência do teor da Portaria punitiva até a data limite do último dia do período de inscrição;

III - que tenham exercido o segundo mandato consecutivo na mesma função;

IV – com vínculo de trabalho em caráter temporário.

Parágrafo único. Na eventualidade de vacância de um dos cargos previstos no artigo 9º da Resolução UNIV nº 36/2009 e assumindo o seu substituto legal faltando menos da metade do mandato, este exercício não será considerado como mandato para efeitos do inciso III deste artigo.

DO VOTO

Art. 15. O exercício do voto na consulta à comunidade universitária ou nas eleições realizadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a finalidade de eleger representantes junto aos Conselhos Superiores, constitui obrigação funcional por parte dos agentes universitários efetivos, bem como os com contrato em caráter temporário na forma da legislação vigente, sob amparo de decisão judicial e os nomeados para cargo em comissão não integrantes de carreira.

§ 1º. O servidor que, por motivo de força maior, não participar do exercício do voto deverá justificar a ausência mediante requerimento específico, via SEI, dirigido à Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH.

§ 2º. O não exercício do voto e a falta de justificativa apresentada à PRORH sujeitarão os ausentes às penalidades previstas no art. 293, inciso II, da Lei nº 6174/70, no Estatuto, no Regimento Geral e nos Regulamentos Institucionais desta Universidade.

Art. 16. É facultativo o voto nas seguintes situações:

I – afastados em tempo integral para programas de pós-graduação fora da cidade;

II – em licenças sem vencimentos, sabática, especial, para tratamento de saúde e de maternidade;

III – nomeados ou à disposição de órgãos públicos no nível federal, estadual ou municipal, em tempo integral;

IV – em cumprimento de mandato eletivo junto ao poderes legislativo ou executivo;

Art. 17. Não poderão votar:

a) os servidores de outras instituições públicas ou privadas colocados à disposição desta universidade;

b) aqueles que estão impedidos na sua liberdade de ir e vir por decisão judicial.

PROCEDIMENTOS PARA A VOTAÇÃO

Art. 18. A votação realizar-se-á de acordo com os seguintes procedimentos:

- I – a votação será realizada remotamente, via internet, e será utilizado o mesmo login e senha já cadastrada para acesso do servidor on-line;
- II – o eleitor deverá entrar na página da Universidade Estadual de Ponta Grossa (h <https://www2.uepg.br/eleicao>) e clicar no respectivo link;
- III – digitar usuário e senha;
- IV – digitar o número do candidato conforme a intenção do voto;
- V – visualizar a foto do candidato selecionado e confirmar o voto;
- VI – aparecerá a página de sucesso e finalização da votação.

Art. 19º A ordem das chapas será definida por sorteio a ser realizado via Google Meet com os representantes das Chapas inscritas, com data a ser divulgada, e link de acesso no site da Comissão (<https://www2.uepg.br/eleicao>).

Art. 20. A Comissão Eleitoral divulgará a lista de eleitores para consulta com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da eleição.

Parágrafo único – Os eleitores que não tenham seus nomes constantes na lista divulgada, deverão procurar a Comissão eleitoral com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização da eleição, para a análise da situação do servidor.

Art. 21. O eleitor só poderá votar mediante acesso eletrônico via login e senha individual.

Parágrafo único. É de responsabilidade do eleitor estar de posse de login e senha ativos para o acesso à Plataforma da eleição até dois dias antes da sua realização, uma vez que não há garantias de recuperação de login e senha no dia da eleição.

DA DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA

Art. 22. O material de divulgação e propaganda poderá ser afixado de acordo com a Res. CA 127/99.

§ 1º. As faixas poderão ser afixadas somente nos gradis internos e externos que circundam os prédios que compõem o Campus Central e nos suportes para faixa no Campus de Uvaranas.

§ 2º. Os cartazes, banners, folders, avisos e similares poderão ser afixados somente nos quadros murais (flanelógrafos) espalhados pelos corredores dos prédios do Campus Central, do Campus de Uvaranas e demais prédios ocupados por órgãos da UEPG, obedecidas as regras destes.

§3º A divulgação eletrônica dar-se-á somente por pessoa habilitada do NTI através de material elaborado sob a responsabilidade dos candidatos e enviado ao endereço eletrônico *suporte.sistemas@uepg.br* por, no máximo, duas vezes.

Art. 23. O controle e a fiscalização das faixas afixadas e da propaganda eletrônica veiculada pelas chapas serão de responsabilidade da Comissão Eleitoral e da Prefeitura do Campus Universitário, através da Seção de Vigilância Patrimonial.

Parágrafo único. As faixas e cartazes que não estiverem afixadas nos locais próprios serão retiradas pela Comissão Eleitoral ou pela Seção de Vigilância Patrimonial onde permanecerão à disposição de seus proprietários por um prazo máximo de 15 (quinze) dias, quando serão inutilizados.

Art. 24. Após o evento, o material de divulgação será retirado e mantido pela Seção de Vigilância Patrimonial pelo prazo de 5 (cinco) dias e após inutilizado.

Art. 25. Todos os candidatos terão direito de divulgação das suas propostas junto aos órgãos ou unidades administrativas, devendo acordar data e horário com as respectivas chefias.

Art. 26. É livre a campanha eleitoral, devendo a propaganda abster-se de:

I - perturbar os trabalhos didáticos, científicos e administrativos pelo uso de instrumentos ou aparelhos sonoros;

II - prejudicar a higiene e a estética dos recintos universitários, bem como promover pichações em edifícios.

Art. 27. Os procedimentos de campanha em desrespeito ao previsto no artigo 23 serão punidos pela Comissão Eleitoral, conforme disposições abaixo:

I – na primeira infração, advertência oral à chapa;

II – na segunda infração, a chapa será punida com a retirada e proibição de fixação de propaganda conforme previsto no parágrafo 1o do artigo 23 por um período mínimo de 2 (dois) dias;

III – na terceira infração, a chapa será punida com a retirada e a proibição definitiva da fixação de propaganda conforme previsto no §1o do artigo 23.

Art. 28. Os procedimentos de campanha em desrespeito ao previsto no inciso II do artigo 27 serão enquadrados nas disposições previstas na Lei no 6174/70 e no Regimento Geral da UEPG.

Art. 29. Durante a campanha e no dia da eleição, inclusive, se ocorrerem fatos considerados de alta gravidade, a Comissão Eleitoral encaminhará processo circunstanciado para deliberação do Conselho Universitário que poderá decidir pelo cancelamento definitivo da chapa ou impugnação da eleição.

Art. 30. A Universidade Estadual de Ponta Grossa garante a disponibilidade do sistema de votação pelo período previsto para a coleta de votos, no entanto não se responsabiliza por eventuais falhas de equipamento e conectividade que venham a comprometer o acesso do eleitor ao processo eleitoral.

Art. 31. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2021.

Silvana Oliveira
Presidente